

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LGBT COM RELAÇÃO AO SERVIÇO DE SAÚDE DE VALENÇA - RJ

PERCEPTION OF THE LGBT COMMUNITY WITH REGARD TO THE HEALTH SERVICE OF VALENÇA - RJ

CAROLINA DANIELE SILVA¹, ANA CLARA LUZ PRATES¹, KARINA MOURÃO COSTA¹, LEONARDO GOVEA FRANCISCO¹, LUCAS LAREIRA MAGALHAES¹, CAROLINA LOPES DE LIMA REIGADA², DANIEL ALMEIDA DA COSTA^{3*}

1. Acadêmicos do curso de graduação em medicina do Centro Universitário de Valença; 2. Docentes do curso de medicina do Centro Universitário de Valença; Médica de Família e Comunidade da Secretaria de Estado de Saúde - DF, preceptora do programa de residência em Medicina de Família e Comunidade da ESCS - DF, Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Residência Médica em medicina de família e comunidade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com especialização em gestão e preceptoria pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestrado em Atenção Primária à Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. 3. Docente do curso de Medicina do Centro Universitário de Valença, UNIFAA; Graduado em Medicina pela Universidade Gama Filho, Mestre em Ciências da Reabilitação pela UNEC, Especialista em Pediatria pela Associação Médica Brasileira e Especialista em Alergia e Imunologia pela UNI-RIO.

* Centro Universitário de Valença. Rua Srg Vitor Hugo 161, Fátima, Valença, Rio de Janeiro, Brasil. CEP: 27600-000. daniel.almeida@faa.edu.br

Recebido em 27/07/2020. Aceito para publicação em 23/09/2020

RESUMO

Objetivo: Compreender a percepção dos membros da comunidade LGBT em relação à assistência oferecida pelos serviços de saúde de Valença/RJ. **Métodos:** Pesquisa quantitativa descritiva, feita através da aplicação de questionário estruturado a membros da comunidade LGBT que participaram da 2ª Feira da Diversidade em Valença/RJ. Os dados foram apurados por análise estatística simples. **Resultados:** Apesar do alto nível de escolaridade dos entrevistados, a maioria está desempregada. Ao invés das unidades básicas de saúde (UBS), a preferência dos usuários têm sido o sistema de pronto atendimento hospitalar, falha observada na rede de saúde pública. Metade dos entrevistados não soube expressar o grau de satisfação com o atendimento e algumas contradições foram notadas. Tratamento especializado e melhor formação dos profissionais para trabalhar com o público LGBT foram ideias levantadas. **Conclusões:** é importante qualificar a rede de saúde do município para melhor atender e acolher esse público, além de estruturar a atenção básica e capacitar a amostra quanto aos seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Minorias sexuais, determinantes sociais de saúde, acesso aos serviços de saúde.

ABSTRACT

Objective: To understand the perception of members of the LGBT community regarding the assistance offered by the health services of Valença / RJ. **Methods:** Descriptive quantitative research, made through the application of a structured questionnaire to members of the LGBT community who participated in the 2nd Diversity Fair in Valença / RJ. Data were collected by simple statistical analysis. **Results:** Despite the high level of schooling of the interviewees, most are unemployed. Instead of the basic health units (UBS), the users' preference has been the system of prompt hospital care, a failure observed in the public health network. interviewees did

not know how to express satisfaction with care, and some contradictions were noted. Specialized treatment and better training of professionals to work with the LGBT public were ideas raised. **Conclusions:** it is important to qualify the health network of the municipality to better serve and welcome this public, in addition to structuring basic care and training the sample about their rights.

KEYWORDS: Sexual minorities, social determinants of health, access to health services.

1. INTRODUÇÃO

Há cerca de vinte anos houve um reconhecimento da complexidade da saúde de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). A partir de então, são discutidas formas possíveis e individualizadas de trabalhar prevenção e promoção em saúde com essa população específica¹. A ampliação do acesso do grupo LGBT aos serviços de saúde passa pelo respeito ao nome social e pelo enfrentamento à discriminação por identidade, construída a partir de como a pessoa se reconhece ou se apresenta².

Segundo o Ministério da Saúde (2013), é direito de todo cidadão brasileiro garantia ao atendimento à saúde, respeitando-se especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais. Além disso, trabalhar pela equidade e integralidade é um compromisso ético-político de todas as instâncias e profissionais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). É importante reconhecer que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias-lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia- devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença³.

A Política de Atenção Integral à População LGBT

tem história recente. Lançada pelo Ministério de Saúde em 2013, busca três objetivos básicos: a) produção de conhecimento para a implantação, elaboração e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual; b) reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem todas as formas de violência e discriminação; c) inclusão da perspectiva de não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos LGBT nas políticas públicas³.

Em torno desses princípios se inscrevem noções de direito, repúdio à violência relacionada ao exercício da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero: a produção de conhecimentos que gerem novas possibilidades relativas à constituição de políticas públicas e aos seus processos de implementação e avaliação, conforme refere no próprio Conselho Nacional de Combate à Discriminação de 2004³. Essas políticas são como territórios férteis para a inscrição de processos pedagógicos que, considerando as ideias de autonomia e emancipação, criando espaços livres dos princípios da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade⁴.

A ausência de um acolhimento adequado no âmbito dos estabelecimentos do setor de saúde configura um dos principais problemas enfrentados pela população LGBT^{2,5}. Então, para que seja posta em prática uma política de saúde integradora e eficaz, faz-se necessário o investimento em informação e formação profissional focada no desenvolvimento de competências de comunicação, capacitando diferentes atores em saúde a utilizar uma linguagem neutra e adotar postura não discriminatória das orientações sexuais^{6,7}.

Com relação ao acesso ao sistema de saúde, destaca-se a importância do vínculo bem estabelecido dos usuários com os profissionais da atenção primária à saúde (APS), uma vez que os preconceitos e a discriminação contra a comunidade LGBT acontece, principalmente, no seio familiar. Estando próximos ao meio de vida e família desses usuários, os profissionais da APS têm posição privilegiada para atuar⁶.

Além do estranhamento gerado pelas quebras dos padrões heteronormativos^{7,8} o que se tem visto é que os profissionais de saúde estão pouco capacitados para atender às necessidades da população LGBT e que esse despreparo gera insegurança e afastamento dos usuários⁵. As transformações das redes de saúde para o melhor atendimento dessa população também dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde⁹.

Entendendo o desafio em abordar as visões e posturas dos profissionais de saúde sobre atendimento da população LGBT, o estudo tem objetivo de captar a visão dos usuários LGBT sobre seus contatos com o sistema de saúde, de forma a servir como ponto de partida para discussões realistas sobre o acesso da população LGBT ao sistema de saúde.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa e

de levantamento, um estudo elaborado à luz do referencial teórico de bases indexadoras de grande impacto a nível nacional e internacional¹⁰. Em relação aos objetivos do trabalho, a pesquisa pode ser classificada como uma investigação exploratória, por envolver entrevista com pessoas em busca de proporcionar maior familiaridade com a questão estudada a partir de um breve questionário com questões fechadas¹¹.

Para aplicação individual dos questionários, foi selecionado o evento 2ª Feira da Diversidade que aconteceu em Valença-RJ, dia 07 de outubro de 2017 no Clube dos Democráticos. Primeiramente, foi perguntado aos frequentadores do local, maiores de 18 anos, se poderiam participar de pesquisa sobre a assistência oferecida pelos sistemas de saúde à população LGBT. Os que aceitaram, preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e responderam a um questionário em duas partes: a primeira com 5 questões referentes aos aspectos sociodemográficos do entrevistado; a segunda com 12 questões relacionadas ao acesso ao sistema de saúde, elaborada com base no trabalho "Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde", desenvolvido em Brasília².

Os dados obtidos foram apurados através de análise estatística simples. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Medicina de Valença-RJ, sob número CAAE 77693317.8.0000.5246.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistadas 28 pessoas, conforme seguinte caracterização sociodemográfica da população participante da pesquisa (Tabela 1). Apesar de todos os entrevistados terem o ensino médio completo e também o ensino superior, verifica-se que mais da metade está desempregada. Dentre os entrevistados, a maioria era jovem (entre 18 e 28 anos) e, atualmente, deve-se levar em consideração a dificuldade para a conquista do primeiro emprego e o alto índice de desemprego no Brasil: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no primeiro trimestre de 2017, a taxa de desocupação no Brasil alcançou 13,7%, a maior desde 2012. Entretanto, é forçoso apontar uma desigualdade na inclusão de minorias no mercado de trabalho. No entanto, o Plano Nacional LGBT prognostica o combate à discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e raça no mundo do trabalho¹².

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da população participante da pesquisa. Fonte: Os autores, 2017.

VARIÁVEIS	OPÇÕES	N=28	
		F	%
Faixa Etária	18 a 28	20	71,40
	29 a 39	3	10,70
	40 a 50	3	10,70
	51 a 65	2	07,20
União Estável	Sim	2	07,20

	Não	F	%	
Identidade Sexual	Gay	16	57,10	
	Lésbica	1	3,60	
	Transexual	4	14,30	
	Bissexual	6	21,40	
	Travesti	0	00,00	
	Pansexual	1	3,60	
Escolaridade	Superior Completo	9	32,15	
	Superior Incompleto	13	46,42	
	2º Grau Completo	6	21,42	
	2º Grau Incompleto	0	00,00	
	1º Grau Completo	0	00,00	
	1º Grau Incompleto	0	00,00	
	Profissão	Empregado	13	46,40
		Desempregado	15	53,60

A maioria dos entrevistados já utilizou a rede de saúde da cidade de Valença (Tabelas 2 e 3), porém, através dos dados obtidos na pesquisa, podemos identificar uma falha na organização do sistema de saúde pública da cidade, visto que a porta de entrada preferencial no sistema de saúde foi o serviço de pronto atendimento hospitalar, ao invés das unidades básicas de saúde (UBS). Segundo a Política Nacional de Atenção Básica (2017), a Atenção Primária à Saúde (APS) deve atuar como forma de acesso principal dos usuários ao sistema de saúde, porém, a realidade da cidade é a falta de infraestrutura física nas UBS; falta de profissionais atuando na rede básica, na maioria das unidades os médicos estão presentes menos de 10 horas por semana; não há profissionais médicos e enfermeiros com formação em Saúde da Família e Comunidade trabalhando nas equipes de Estratégia Saúde da Família; há grande dificuldade para marcação de consultas na atenção secundária e uma rede precária de integração com especialistas focais e saúde mental. Há dois anos foi iniciada a residência médica em Medicina de Família e Comunidade (MFC) em uma das UBS, e a rede passou a contar com uma médica especialista em MFC. E, há cerca de 6 meses, foram contratados médicos, enfermeiros e dentistas com exigência de atuação por 40 horas semanais nas UBS – apesar de não terem capacitação específica para a APS, estão presentes nas unidades de saúde¹².

Tabela 2. Uso do serviço público de saúde e grau de satisfação da população LGBT com o atendimento nos serviços de saúde da rede pública. Fonte: Os autores, 2017.

QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Você já utilizou	Sim	16	57,10

QUESTÃO	RESPOSTAS	N=16	
		F	%
Se sim para a questão anterior, qual?	Posto de Saúde	6	37,5%
	CAPS	0	0
	Ambulatório	1	6,2%
	Pronto Socorro	6	37,5%
	Internaçãohospitalar	5	31,2%
QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Qual o seu grau de satisfação com o atendimento nos serviços de saúde da rede pública?	Insatisfeito	4	14,30%
	Satisfeito	10	35,70%
	Não se idizer	14	50,00%

Tabela 3. Uso do serviço privado de saúde e grau de satisfação da população LGBT com o atendimento nos serviços de saúde da rede privada. Fonte: Os autores, 2017.

QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Você já utilizou algum serviço de saúde da rede privada de Valença-RJ?	Sim	13	46,40
	Não	15	53,60
QUESTÃO	RESPOSTAS	N=13	
		F	%
Se sim para a questão anterior, qual?	Consultamédica	10	76,90%
	Ambulatório	3	23,00%
	Pronto Socorro	1	7,70%
	Internaçãohospitalar	2	15,40%
QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Qual o seu grau de satisfação com o atendimento nos serviços de saúde da rede privada?	Insatisfeito	1	3,60%
	Satisfeito	15	53,60%
	Não se idizer	12	42,80%

Uma baixíssima porcentagem relatou ter tido dificuldade no atendimento em saúde (Tabela 4).

Tabela 4. Dificuldade de atendimento e discriminação em relação à identidade sexual.

QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Você já teve dificuldade em ser atendido em algum sistema de saúde?	Sim	1	3,60%
	Não	27	96,40%
QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Você já sofreu ou sofre algum tipo de discriminação relacionada à sua sexualidade nos serviços de saúde?	Rede Pública:		
	Nunca	20	71,40%
	Sempre	0	00,00%
	Às vezes	8	28,60%
	Rede Privada:		
	Nunca	24	85,70%
	Sempre	1	03,60%
Às vezes	3	10,70%	

Fonte: Os autores, 2017

No entanto, observa-se que 38% dos entrevistados relatou ter sofrido algum tipo de discriminação à sua sexualidade nesses serviços (28% na rede pública e 14% na rede privada). Parece que a discriminação, para uma parte dos usuários, não foi um fator que levou a dificuldade e insatisfação com o atendimento recebido. Além disso, apesar de poucos entrevistados terem tido dificuldade no atendimento em saúde, a maioria gostaria de ter à sua disposição serviços diferenciados para o atendimento à população LGBT e, corroborando essa visão, 78% dos entrevistados acredita que os profissionais de saúde precisam ter mais formação para trabalhar com a população LGBT. Ambos os posicionamentos nos fazem entender que há uma insatisfação com os serviços de saúde atualmente, apesar de só 3,6% dos entrevistados terem manifestado essa insatisfação, o que também consideramos contraditório.

A maioria dos questionados alega conhecer parcialmente ou desconhecer seus direitos, conforme Tabela 5, o que pode contribuir para que os usuários não tenham base para criticar os atendimentos recebidos, ou a falta de estrutura percebida. Uma das diretrizes do SUS é a equidade, que procura garantir o direito de atendimento igualitário a toda a população, levando em consideração suas desigualdades. Entretanto, percebe-se que a população LGBT continua sendo excluída na maioria dos serviços de saúde que, tomando o heterossexual como o modelo padrão, não procura políticas afirmativas para garantir o acesso e atendimento a essa população. Um exemplo é o atendimento a lésbicas, muitas vezes esquecidas quanto às suas particularidades e riscos específicos, desde coleta de citopatológico à violência doméstica, não recebendo orientações adequadas¹³. Nas UBS de Valença, somente em uma há material informativo sobre direitos da população LGBT e mensagens afirmativas na sala de espera.

Uma parte da amostra afirma que os profissionais da saúde são preconceituosos. Como se sabe, o preconceito afeta a relação entre o médico e paciente, diminui a adesão ao tratamento e ao serviço de saúde e faz com que os pacientes escondam sua sexualidade, ficando fragilizados em um contexto que deveriam ter sua autonomia reafirmada e acabam não seguindo orientações oferecidas pelo serviço¹³. Medidas simples, como respeitar a Portaria 675 do Ministério da Saúde, que garante o uso do nome social aos pacientes transexuais, diminuem muito a vivência de preconceito que os pacientes sofrem em serviços de saúde¹⁴.

Sendo o objetivo da APS oferecer um atendimento pautado na integralidade, com serviços de saúde aptos a ouvir e entender o usuário em seu contexto social, familiar e pessoal e buscando assim entender suas necessidades¹⁶ é importante que os princípios de integralidade, universalidade e equidade, constitutivos do SUS, sejam materializados em políticas públicas que promovam o enfrentamento das consequências excludentes da homofobia e da heteronormatividade. Do contrário, continuarão a existir barreiras morais,

simbólicas e estéticas que impeçam o acesso da população LGBT a serviços de saúde de qualidade¹⁵.

Tabela 5. Disponibilidade de serviços diferenciados à população LBGT e Conhecimento acerca dos direitos em relação ao acesso nos serviços de saúde.

QUESTÕES	RESPOSTAS	N=28	
		F	%
Você acha que deveria ter disponibilidade de serviços de saúde diferenciados aos demais para atender às suas necessidades?	Sim	18	64,30%
	Não	10	35,70%
Você acha que os servidores de saúde precisariam de uma especialização para poder estar trabalhando com a população LGBT?	Não, não há necessidade, pois nos julgamos iguais a qualquer outra pessoa.	8	28,00%
	Sim, pois nos julgamos diferentes dos demais.	2	7,10%
	Sim, pois a maioria desconhece o assunto.	13	46,00%
	Sim, pois precisam ser menos preconceituosos.	6	21,40%
	Sim, por outro motivo.	1	03,60%
QUESTÃO	RESPOSTAS	N=28	
Você conhece os seus direitos em relação ao acesso aos serviços de saúde?	Desconheço totalmente.	2	7,20%
	Conheço alguns direitos.	17	60,70%
	Sou totalmente informado a respeito dos meus direitos.	9	32,10%

Fonte: Os autores, 2017

4. CONCLUSÃO

Com base nos artigos utilizados, conclui-se que é de extrema importância a aplicação prática dos princípios constitutivos do SUS, visto que os mesmos estão postos em constituição de forma inclusiva e abrangente, contudo raras são as medidas para sua implementação e efetivação.

É crucial qualificar a rede de APS no município de Valença, capacitar os profissionais para o acolhimento e comunicação com os usuários em geral e, em particular, com a população LGBT.

Além de promover a oferta de profissionais qualificados para suprir o atendimento da população, o que facilita o acesso e a marcação de consultas, prover cursos de especialização e atualização dos mesmos e dispor de uma maior comunicação entre o serviço de atenção primária, especialistas focais e de saúde mental, como serviços de matriciamento, para alcançar assim uma maior articulação do que está previsto em constituição e o que é efetuado na prática dos atendimentos no SUS.

Ampliando e capacitando a porta de entrada nas UBS, possibilitaria a menor demanda no pronto atendimento hospitalar por essa parcela de clientes, melhorando a organização do sistema de saúde pública e o atendimento ofertado a população. O fato de mais da metade dos entrevistados alegar que precisa de um serviço separado para atendimento a esse grupo é um possível indicador da necessidade de melhor

estruturação dos serviços.

Outra possibilidade é melhorar a ambiência nas unidades de atendimento, incluindo sinalização ao apoio à diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual.

Sendo assim, é importante que a rede de saúde básica de Valença continue buscando melhorias, atentando para o atendimento de qualidade também à população LGBT.

5. REFERÊNCIAS

- [1] Pereira CF. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Rev. IDH, Bauru-SP.* 2016; 4(1):115-137.
- [2] Carvalho LS, Philippi MM. Percepção de lésbicas, gays e bissexuais em relação aos serviços de saúde. *Rev. Universitas: Ciências da Saúde.* Brasília. 2013; 11(2):83-92.
- [3] Federal do Paraná Brasil, Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília. 2013; 1(1). reimp. Ministério da Saúde).
- [4] Motta JJJ. Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática. *Saúde debate* 2016; 40(diciembre):73-86.
- [5] Souza AS, Lima MDA, Dantas MF. Os desafios à garantia de direitos da população GBT no Sistema Único de Saúde (SUS). *Rev. Interfaces, Juazeiro do Norte-CE.* 2016; 3(11):119-125.
- [6] Rolim AGF, Brito FL, Moreira ASS *et al.* A realidade de um serviço de média complexidade, para o público LGBT, voltado para a atenção à saúde sexual e reprodutiva da população: do ideal ao real. *Rev. Extensão UNIFASV, Petrolina-PE.* 2016; 4(2):138-146.
- [7] Sena ELSS, Boery RNSO, Galvão RA *et al.* Bioética da proteção na acessibilidade à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Rev. Enf. UFPE Online, Recife-PE.* 2016; 10(9):3483-3488.
- [8] Popadiuk GS, Oliveira DC, Signorelli MC. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Rev. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro-RJ.* 2017; 22(5):1509-1520.
- [9] Cardoso MR, Ferro LF. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicol. Cienc. prof.* 2012; 32(3):552-563.
- [10] Villares RM, Nakano DN. A Produção Científica nos Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção: Um levantamento de métodos e tipos de pesquisa. *Produção.* 2000; 8(2):65-76.
- [11] Gil AC. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Atlas 2008.
- [12] Biscalchim SM. Políticas públicas para ingresso da (o) jovem LGBT no mercado de trabalho. 2016.
- [13] CERQUEIRA-SANTOS E, *et al.* Percepção de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. *Interamerican Journal of Psychology* 2010; 44(2):235-245.
- [14] Rocha KB, Barbosa LHR, Barboza CZ, Calvetti PÜ, Carvalho FT, Cerqueira-Santos E, *et al.* La atención a la salud en Brasil a partir de la percepción de travestis, transexual y transgéneros. *Forum: Qualitative Social Research.* 2009; 10(2):Art.28.

- [15] Albuquerque GA, *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. *Saúde debate.* 2013; 37(98):516-524.
- [16] Cervera DPP, *et al.* Educação em saúde: percepção dos enfermeiros da atenção básica em Uberaba (MG). *Ciência & Saúde Coletiva.* 2011; 16:1547-1554.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

Aspectos Sociodemográficos:

Idade: _____

Identidade sexual:

- () Gay
 () Lésbica
 () Transexual
 () Bissexual
 () Travesti
 () Outra: _____

União estável: () Sim () Não

Escolaridade:

- () Superior Completo
 () Superior Incompleto
 () 2º Grau Completo
 () 2º Grau Incompleto
 () 1º Grau Completo
 () 1º Grau Incompleto

Profissão:

- () Empregado
 () Desempregado

Acesso ao Sistema de Saúde:

Você já utilizou algum serviço de saúde da rede pública de Valença-RJ?

() Sim () Não

Qual? () Posto de Saúde () Caps () Ambulatório () Pronto Socorro () Internação hospitalar () Não utiliza serviço de saúde pública
 Você já utilizou algum serviço de saúde da rede privada de Valença-RJ?

() Sim () Não

Qual? () Consulta médica () Ambulatório () Pronto Socorro () Internação hospitalar () Não utiliza serviço da rede privada

Já teve dificuldade em ser atendido em algum serviço de saúde? () Não () Sim, Por quê? _____

Qual o seu grau de satisfação com o atendimento nos serviços de saúde da rede pública? () Insatisfeito () Satisfeito () Não sei Dizer

Qual o seu grau de satisfação com o atendimento nos serviços de saúde da rede privada no? () Insatisfeito () Satisfeito () Não sei Dizer

Você já sofreu ou sofre algum tipo de discriminação relacionada à sua sexualidade nos serviços da rede pública? () Nunca () Sempre () Às vezes

Você já sofreu ou sofre algum tipo de discriminação relacionada à sua sexualidade nos serviços de saúde da rede privada? () Nunca () Sempre () Às vezes

Você acha que deveria ter disponibilidade de serviços de saúde diferenciados dos demais para atender às suas necessidades? () Sim () Não

Você conhece os seus direitos em relação ao acesso aos serviços de saúde? () Desconheço totalmente () Conheço alguns direitos () Sou totalmente informado a respeito dos meus direitos

Você acha que os servidores de saúde precisariam de uma especialização para poder estar trabalhando com a população LGBT? () Não, não há necessidade, pois nos julgamos iguais a qualquer outra pessoa () Sim, pois nos julgamos diferentes dos demais () Sim, pois a maioria desconhece o assunto () Sim, pois precisam ser menos preconceituosos () Sim, por outro motivo: _____